



## NOTAS METODOLÓGICAS

### Prato do Dia: Desigualdades. Raça, Gênero e Classe Social nos Sistemas Alimentares

Estudo realizado pela FIAN Brasil em colaboração com Veruska Prado Alexandre-Weiss, Rute Costa, Patrícia Mourão, Pedro Rossi e Arthur Welle; e financiamento de Global Health Advocacy Incubator (GHAi), Pão para o Mundo (Brot für die Welt) e Misereor/KZE.

#### 1. Conceitos chaves, objetivos e pressupostos guias do estudo

Este documento explicita em detalhes o percurso metodológico adotado na condução do estudo “Prato do dia: desigualdades. Raça, gênero e classe social nos sistemas alimentares”, publicado pela FIAN Brasil em 2023. A pesquisa foi conduzida no sentido de compreender como e onde as iniquidades sociais, em especial de gênero, raça e renda, se expressam nas diferentes ações e relações inseridas no contexto do processo alimentar no Brasil. Os processos de análise e sistematização dos resultados foram guiados por alguns conceitos, os quais mediaram tanto a análise como interpretação dos dados obtidos: direito humano à alimentação e à nutrição adequadas (Dhana), segurança alimentar e nutricional (SAN), processo alimentar e abordagem integrada de gênero, raça e classe.

O termo *Dhana* expressa uma construção a partir da atuação da FIAN e é uma referência a integração entre as dimensões da nutrição, da soberania alimentar, de gênero, raça e etnia como partes indissociáveis à realização do direito humano à alimentação adequada – DHAA (VALENTE, 2014). Esta revisão do marco conceitual do Dhana favorece a utilização deste conceito como um referencial para o reconhecimento da realidade e para propor ações precisas, que alcancem as raízes causais da fome e da má nutrição e sua associação com violações de outros direitos humanos. Neste sentido pode-se destacar como dimensões para o cumprimento do Dhana o abastecimento sustentável de alimentos adequados e saudáveis, o acesso estável a alimentos adequados e saudáveis, a realização da alimentação adequada e saudável (AAS) de forma regular e permanente e a garantia da autodeterminação, liberdade de escolha e dignidade humana (VALENTE; FRANCO; MONTES, 2016). No estudo foram adotadas ambas terminologias – Dhana e Dhaa, sendo este último utilizado no contexto de documentos associados ao Estado brasileiro, como políticas, decretos, posicionamentos, etc.

O conceito de SAN que orientou a pesquisa está registrado na Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional – Losan (BRASIL, 2006) e versa sobre a concretização do direito dos brasileiros e brasileiras ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer a efetivação de outras necessidades essenciais. A SAN é baseada em práticas alimentares que promovam a saúde, que respeitem e protejam a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006). O conceito de SAN sistematizado na Losan (2006) tem como origem lutas sociais sobre o Dhaa, é considerando um mensageiro de uma abordagem integral do tema da alimentação e dos alimentos, pois abrange produção, comercialização, processamento e consumo de alimentos pela dimensão dos direitos humanos e atrela a sua efetivação à realização de outras necessidades humanas básicas e a soberania alimentar (LEÃO, MALUF, 2012). Adotou-se este conceito como uma expressão da marcante contribuição da sociedade civil na luta pela garantia ao acesso aos alimentos e à AAS, empreendida por movimentos sociais desde antes da redemocratização do país, e institucionalizada no



**FIAN**  
BRASIL

Estado brasileiro por meio de políticas públicas federais principalmente no período de 2004-2018 e a partir da atuação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e suas instâncias estaduais e municipais, assim como de outros Conselhos de participação social.

Outra abordagem chave utilizada no estudo foi "*processo alimentar*". Entende-se esta abordagem como categoria de análise para compreender as consequências e resultados oriundos da rede de ações e relações envolvidas no acesso aos alimentos e na alimentação, incluindo a regeneração das capacidades vitais das pessoas que os consomem e da própria natureza (VALENTE, 2016). A referência à alimentação enquanto um processo facilita sua percepção como algo complexo, multidimensional e cíclico. O termo tem como referenciais base os direitos humanos e a soberania alimentar e abrange também as dimensões culturais, sociais, políticas, de poder, ambientais e de conhecimento que envolvem cada uma das ações e relações relacionadas aos alimentos, sendo que estas necessariamente não seguem uma ordem determinada (BURITY; ROCHA, 2021). O conceito de processo alimentar tem elementos que coincidem com o de sistema alimentar, sendo este último também utilizado pela FIAN. No entanto, registra-se um incômodo com o uso do termo dado que este tem sido descrito a partir de uma narrativa que remete a sistemas alimentares corporativos, atrelados ao setor privado de caráter comercial e que não compartilham de mesmos princípios que sistemas alimentares sustentáveis (como os associados a agroecologia), assim como contribuem para a manutenção das desigualdades relacionadas à alimentação. A escolha por adotar o termo e conceito de "processo alimentar" tem ainda como base a busca pela convergência com o debate em construção no contexto dos escritórios da FIAN na América Latina, em especial com o grupo da Colômbia. Isso não significa uma negação aos debates e acúmulos de conhecimento construídos em torno do termo sistemas alimentares, fato este expresso pelo uso, em alguns momentos do estudo do termo "sistemas alimentares" buscando assim dialogar com a literatura e documentos gerais analisados. Utiliza-se o termo, no plural, como uma referência às diferentes conformações e organizações do sistema agroalimentar existentes.

Ao longo do relatório com os resultados a utilização do termo sistemas alimentares foi complementada com breves descrições associadas a esta terminologia, informando assim de qual perspectiva conceitual nos referimos. Tal conduta foi necessária, dado que há várias definições para *sistemas alimentares*. Em termos gerais compreende-se sistemas alimentares a partir de um conjunto integrado de elementos (pessoas, instituições, ambiente, processos) e etapas relacionadas à produção, transformação, distribuição, preparação e consumo de alimentos buscando resultados benéficos no estado nutricional, na saúde das populações, assim também como ao meio ambiente (HLPE, 2017; OPAS, 2017). Outros estudos têm tratado as interconexões entre sistemas alimentares e saúde (HLPE, 2017; IPES-Food, 2017). Outros autores e autoras descrevem o termo sistemas alimentares sustentáveis como aqueles que que proveem o acesso universal aos alimentos, considerando as necessidades nutricionais e alimentares, a cultura local e a qualidade; promovem o alcance da justiça social, a equidade de gênero, o desenvolvimento e o vigor econômico; protegem os agricultores e agricultoras e demais trabalhadores e trabalhadoras, consumidores, consumidoras e comunidades; consideram a democracia alimentar, a redistribuição de poder, incentivam a participação social e procuram não gerar danos aos meio ambiente, assim como buscam reduzir as perdas e desperdícios (LANG, BARLING, CARAHER, 2009; BARLETT; KING, 2015).

No Brasil, o último Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN, 2016) registrou também uma contribuição ao tema, descrevendo os sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis como "... aqueles que concebem um modelo sustentável desde a produção, passando pela comercialização,



abastecimento, até chegar ao consumo do alimento.” (p. 39). E reforça a necessidade de fortalecer, promover, construir sistemas alimentares democráticos, saudáveis e sustentáveis (CAISAN, 2016).

Contribuição aportada por organizações da sociedade civil na 'Carta do Mecanismo da Sociedade Civil (MSC) ao presidente do Comitê de Segurança Alimentar (CSA) da Cúpula sobre Sistemas Alimentares' (CSM, 2021), realizada em 2021, pela ONU, afirma os sistemas alimentares como "... bens comuns que não podem ser deixados a soluções baseadas no mercado: isto não só requer a plena participação e soberania dos povos, mas também os coloca junto à natureza no centro do debate.". Há ainda neste documento a crítica à inexistência de debates que tratam das mudanças estruturais necessárias para transformar os "sistemas alimentares hegemônicos".

O modelo de sistema alimentar hegemônico é fortemente controlado por corporações internacionais onde não há espaço para os direitos humanos e da natureza. Neste as etapas de produção, processamento, abastecimento e consumo de alimentos são cada vez mais controladas e padronizadas, tendo os preços e o lucro das empresas como principais objetivos a serem alcançados. Parece não haver espaço para transformações propostas pela prática dos sistemas alimentares contra hegemônicos, os quais agregam experiências reais para as transformações estruturais e profundas, ajudando a superar (ou mitigar) os impactos do sistema alimentar corporativo na saúde humana e do planeta.

Outro referencial da pesquisa tem relação com a utilização de uma análise integrada a partir de três eixos de desigualdade: gênero, raça e classe social. Estes três eixos são assimilados no estudo tanto como abordagem teórica como analítica sobre desigualdades e iniquidades, expressando, portanto, eixos interdependentes e que se inter cruzam no cotidiano da sociedade brasileira. Busca-se compreender esta interação a partir da noção analítica de *interseccionalidade*, a qual representa a busca por capturar as consequências da interação entre estes eixos de desigualdade, buscando assim superar a ideia de superposição ou de ranqueamento de opressões (CRENSHAW, 2002). Reconhecemos, assim, acompanhando o entendimento de Collins (2015, p. 2), que este conceito nos ajudará a ter percepção crítica de que “raça, classe, gênero, sexualidade, etnicidade, nação, habilidade e idade operam não de forma unitária, como entidades mutuamente excludentes, mas como fenômenos que se constroem reciprocamente e como tal dão forma a desigualdades sociais complexas” (BIROLI; MIGUEL, 2015 apud COLLINS, 2015, p. 2).

A perspectiva de *gênero* contribui para denunciar a relação de dominação dos homens sobre as mulheres e outras identidades de gênero. Esta dominação prevalece em diversos aspectos da vida humana, se expressam em diferenças de posições sociais ocupadas e são naturalizadas na sociedade, estando enraizadas em função de atributos baseados no sexo biológico e na orientação heterossexual. Gênero, como uma categoria de análise, é definido como “[...] constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos [...]” e “[...] uma forma primária de dar significado às relações de poder [...]” (SCOTT, 1995, p. 86-88). Ao longo deste relatório aportam-se análises que buscam desnudar as desigualdades e iniquidades vivenciadas por mulheres e pessoas com outras identidades e expressões de gênero<sup>1</sup>, as quais são também identificadas neste estudo pela sigla LGBTI+. As mulheres e as pessoas que se auto identificam com a expressão de gênero feminino, recebem a carga social de cuidado doméstico e da alimentação do domicílio com mais frequência e peso do que indivíduos homens ou com expressão de

---

<sup>1</sup> Os conceitos de expressão de gênero e identidade de gênero podem ser consultados no documento "princípios de Yogyakarta: Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero", no link: [http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios\\_de\\_yogyakarta.pdf](http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf)



gênero masculina. Este aspecto tem sido mais estudado entre as mulheres, as quais são socialmente influenciadas a assumir a responsabilidade pela alimentação do lar, estando sujeitas a relações de poder que, em sua maioria, as levam a estar em posições desvantajosas em relação aos homens.

Em relação a '*raça*' essa referência conceitual e analítica tem por função evidenciar as diferenças na partilha e no acesso aos recursos fundamentais à existência, os quais fazem com que as experiências de vida das pessoas brasileiras - desde o nascimento até a morte- sejam distintas pelo efeito do racismo (BATISTA et al., 2013; KILOMBA, 2019). Os indicadores sociais encontrados em inquéritos e levantamentos censitários nacionais revelam que as desigualdades étnico-raciais constituem elemento fundamental da estratificação social (CARNEIRO, 2005). O racismo é um sistema de poder (histórico, social, político e econômico) que adota a raça como fundamento para estabelecer desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial a qual pertençam (ALMEIDA, 2019; KILOMBA, 2019). Assim, a noção de raça que adotamos é produto do racismo e não corresponde a nenhuma realidade natural ou essencializada, mas trata-se de uma construção social com base nas características fenotípicas e étnico-culturais.

Sobre o referencial de *classe social*, adotou-se na pesquisa uma leitura contemporânea desta noção teórico-analítica marxista, exposta por Antunes (2009), a qual propõe uma ampliação conceitual à noção de classe trabalhadora, para "classe-que-vive-do-trabalho", buscando assim englobar as transformações, re-estruturações e inovações que o capitalismo e, conseqüentemente, as relações de produção e processos de trabalho, passaram nas últimas décadas. Uma das principais contribuições desta ampliação da noção de classe centra-se na inclusão dos trabalhadores e trabalhadoras do setor rural, dos desempregados e desempregadas e dos trabalhadores e trabalhadoras do setor de serviços, portanto, não fabril, sendo estes últimos identificados como "trabalhadores improdutivos", onde o trabalho gera valor de uso e não cria valor de troca (MARX apud ANTUNES, 2009). É importante demarcar, nesta perspectiva, os grupos que não englobam esta "classe-que-vive-do-trabalho", na perspectiva teórico-analítica de Antunes (2009): os que detêm o papel de controle sobre o trabalho/trabalhador/trabalhadora e que recebem rendimentos elevados (gestores do capital e seus altos funcionários); os que apresentam capital acumulado e vivem a partir da especulação e dos juros; os pequenos empresários e empresárias, a burguesia urbana e rural proprietária. Cabe também destacar que informações sobre situação de trabalho e renda foram adotadas como associadas a esta dimensão de desigualdade.

Por fim, registramos os quatro pressupostos que orientaram o processo desta pesquisa. O primeiro tem relação com o compromisso de traduzir o conceito de "processo alimentar" como uma ferramenta de monitoramento e avaliação sobre a exigibilidade do Dhana. O segundo versa sobre a adoção dos eixos de iniquidades gênero, raça e classe social como categorias de análise integrada e interseccional (HIRATA, 2014; COLLINS, 2015); o terceiro pressuposto guia da pesquisa buscou compreender e explicitar as contradições como expressões de visões (e ações) interconectadas, evitando a representação dicotômica das ideias. O quarto e último pressuposto versa sobre explicitar as lacunas, expressando-as como temas para futuras pesquisas, favorecendo, assim, a emergência de estudos complementares e continuados. Este conjunto de pressupostos e conceitos guias nos apoiaram a sistematizar os objetivos geral e específico da pesquisa.

O objetivo geral deste estudo versou sobre compreender as relações entre desigualdades e iniquidades (especialmente de raça, gênero e classe social) no processo alimentar no Brasil. Deste se desdobraram um conjunto de seis objetivos de processo de pesquisa:

- i. Verificar como as desigualdades e iniquidades de gênero, raça e classe emergem dos dados coletados na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2017-2018);



- ii. Conduzir um levantamento documental sobre o tema “desigualdades, iniquidades e sistemas alimentares no Brasil”;
- iii. Identificar, sistematizar e analisar as convergências, as lacunas, as sobreposições e as disputas de narrativas expressas em documentos públicos;
- iv. Caracterizar como as desigualdades e iniquidades sociais, em especial de raça, gênero e classe social estão presentes em documentos que aportam contribuições relacionadas às diferentes etapas do processo alimentar;
- v. Descrever desafios e oportunidades relacionados à superação das desigualdades e iniquidades sociais, em especial de raça, gênero e classe social, no contexto do processo alimentar;
- vi. Sistematizar propostas de ações de incidência e recomendações para superação das desigualdades sociais nos sistemas alimentares voltadas para a participação/ mobilização social e ação pública.

## **2. Escolhas e caminhos metodológicos**

### **Aspectos gerais**

Trata-se de um estudo do tipo múlti método de base exploratória sequencial com adoção de abordagem de análise quali-quantitativa (PARANHOS et al, 2016), conduzido entre agosto a dezembro de 2022, voltado a análise das desigualdades e iniquidades sociais relacionadas ao processo alimentar no Brasil. Especial enfoque foi dado às desigualdades de gênero, raça/cor e renda (neste estudo uma referência secundária à classe social) nas diferentes ações e relações associadas ao processo alimentar, buscando também identificar oportunidades para a superação das iniquidades e a promoção e defesa do Dhana.

A pergunta de pesquisa foi sintetizada em “Como as iniquidades e desigualdades de gênero, raça e classe social se expressam nas ações e relações associadas aos processos alimentares no Brasil?”. Para responder a esta pergunta e aos objetivos específicos do estudo estruturaram-se um conjunto de estratégias de coletas e de análise de dados de base quanti e qualitativa. Posteriormente estes dados foram analisados de forma separada e os resultados foram colocados em perspectiva, potencializando assim a obtenção de uma síntese geral dos resultados.

O processo de pesquisa utilizou como fontes de dados: questionário eletrônico semiestruturado e autoaplicado, documentos textuais públicos, artigos científicos indexados, bases de dados sobre desigualdades sociais relacionadas as ações do processo alimentar, oficinas de debate e dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2017-2018 (IBGE, 2020).

A pesquisa foi organizada em quatro fases, sendo estas identificadas como: (1) exploratória, (2) mapeamento e análise de narrativas, atores e dados, (3) reflexões sobre a realidade atual e oportunidades para o futuro e (4) fechamento do projeto.

Na *fase 1, exploratória*, foi inicialmente realizada uma oficina online, com o enfoque de debater o projeto, seus objetivos, componentes, procedimentos e instrumentos de coleta e análise de dados (Apêndice 1 – programação detalhada). Nesta oficina participaram parceiros chaves da FIAN, sendo estes pesquisadoras(es) ou representantes de organizações sociais com atuação sobre o tema de desigualdades e processos alimentares no Brasil. Por questão ética, optou-se por manter o anonimato dos participantes. Os(as) participantes foram estimulados a preencherem um questionário eletrônico (Apêndice 2 - Questionário), o qual buscou identificar a visão sobre as desigualdades e iniquidades nos sistemas



alimentares, mapear materiais de apoio e indicações para análise documental. A oficina foi gravada e o material foi analisado, compondo os resultados registrados no relatório da pesquisa.

A segunda estratégia aplicada na fase 1 do estudo foi a busca por documentos textuais, permitindo assim a condução da análise documental. A lista de textos indicados na oficina, por meio dos questionários eletrônicos ou pela fala dos participantes foi complementada com um levantamento documental em plataformas digitais e na internet. Para melhor organizar a condução desta etapa optou-se por separar os procedimentos de busca e análise dos textos de acordo com a origem destes, chegando a três agrupamentos: (i) posicionamentos e/ou textos informativos assinados por organizações ou instituições públicas, privadas e não-governamentais identificadas como campo da sociedade civil, (ii) artigos científicos identificados como campo científico e (iii) documentos finais de conferências nacionais, identificado como agrupamento “participação social”.

*Sociedade civil: neste agrupamento foram inseridos posicionamentos e/ou textos informativos assinados por organizações ou instituições públicas, privadas e não-governamentais.*

Foi conduzido um levantamento de posicionamentos e textos informativos que abordavam diretamente o tema ‘processo alimentar’/ ‘sistema alimentar’, ou alguma das etapas relacionadas a estes termos (ex. produção, processamento, transporte, consumo, descarte de alimentos), publicados entre janeiro de 2018 a julho de 2022. O agrupamento "sociedade civil", é composto por um conjunto de instituições heterogêneas, porém que compartilham de pontos em comum: são instituições com atuação consolidada e permanente no debate da SAN no território brasileiro, independente de qual tema/ enfoque orienta a atuação. A heterogeneidade advém dos tipos de atividades conduzidas, pelos temas defendidos, mas principalmente em termos de premissas e objetivos que guiam a sua atuação na sociedade.

Neste agrupamento constam documentos oriundos de Associações Patronais (Associação Brasileira da Indústria de Alimentos – Abia, Associação Brasileira de Supermercados – Abras e Associação Brasileira do Agronegócio – Abag), associações profissionais vinculadas ao campo da nutrição (Associação Brasileira de Nutrição – Asbran, Federação Nacional dos Nutricionistas – FNN, Conselho Federal de Nutricionistas – CFN, Executiva Nacional de Estudantes de Nutrição – ENE Nutrição e Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição – SBAN) e movimentos e organizações sociais do campo (Movimento das Mulheres Camponesas - MMC, Via Campesina Brasil, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, Movimento da Mulher Trabalhadora Rural – MMTR, Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares – Contag, Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil – Contraf e coalizão Marcha das Margaridas).

A busca pelos textos foi conduzida diretamente nos sites oficiais. No geral, os sites apresentavam ferramentas de busca que permitiam a inclusão de apenas uma ou duas palavras, sem a utilização de operadores booleanos. Desta forma, optou-se por incluir os termos chaves da pesquisa na seguinte ordem:

1a: "sistema alimentar" (buscou-se também por: sistemas alimentares / segurança alimentar / segurança alimentar e nutricional / insegurança alimentar / insegurança alimentar e nutricional)

2a: "sistemas alimentares"

3a: Desigualdades

4a: Classe social (buscou-se também por: renda, geração de renda, emprego)

5a: Gênero (buscou-se também por: mulher, menina)



6a: Raça (buscou-se também por: cor, negro, negra)

Sempre que possível foram incluídos filtros para melhor identificar os textos nos sites. Em alguns casos fez-se uma busca geral no google por meio dos termos: "sistema alimentar/ alimento/ alimentação e NOME DA ORGANIZAÇÃO".

Científico: neste agrupamento foram incluídos artigos científicos.

O levantamento dos artigos científicos foi conduzido a partir do referencial metodológico de revisão de literatura, sendo o procedimento orientado pela pergunta de pesquisa: Como as desigualdades sociais (especialmente de raça, gênero e classe social) são retratadas nos estudos sobre sistemas alimentares no Brasil? Foram incluídos neste agrupamento artigos originais, sejam estes oriundos de análise de dados, ensaios ou de revisão, que tratavam do tema desigualdades / iniquidades e sistemas alimentares no Brasil, publicados entre janeiro de 2018 a outubro de 2022.

A busca pelos artigos foi realizada na base de dados da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), nos meses de agosto a outubro de 2022, a partir da aplicação de descritores registrados na plataforma dos Descritores em Ciência da Saúde (DeCS): "sistema alimentar" ("sistema alimentar sustentável"); "Sistemas alimentares" "Alimentação" "Alimento\*"; "segurança alimentar e nutricional"; "insegurança alimentar"; "Desigualdades sociais"; "Interseccionalidade"; "Classe social" "Renda"; "Desigualdade de Gênero"; "Equidade de gênero"; "Gênero"; "Mulheres" ; "Desigualdade racial em saúde"; "Discriminação racial"; "racismo"; "raça".

A sequência de entrada das combinações entre os descritores e os operadores booleanos para a busca dos artigos foi:

1ª combinação: "sistema alimentar" OR "sistema alimentar sustentável" OR "Alimentação" OR "Alimento\*" OR "insegurança alimentar" OR "segurança alimentar e nutricional" AND "Desigualdades sociais"

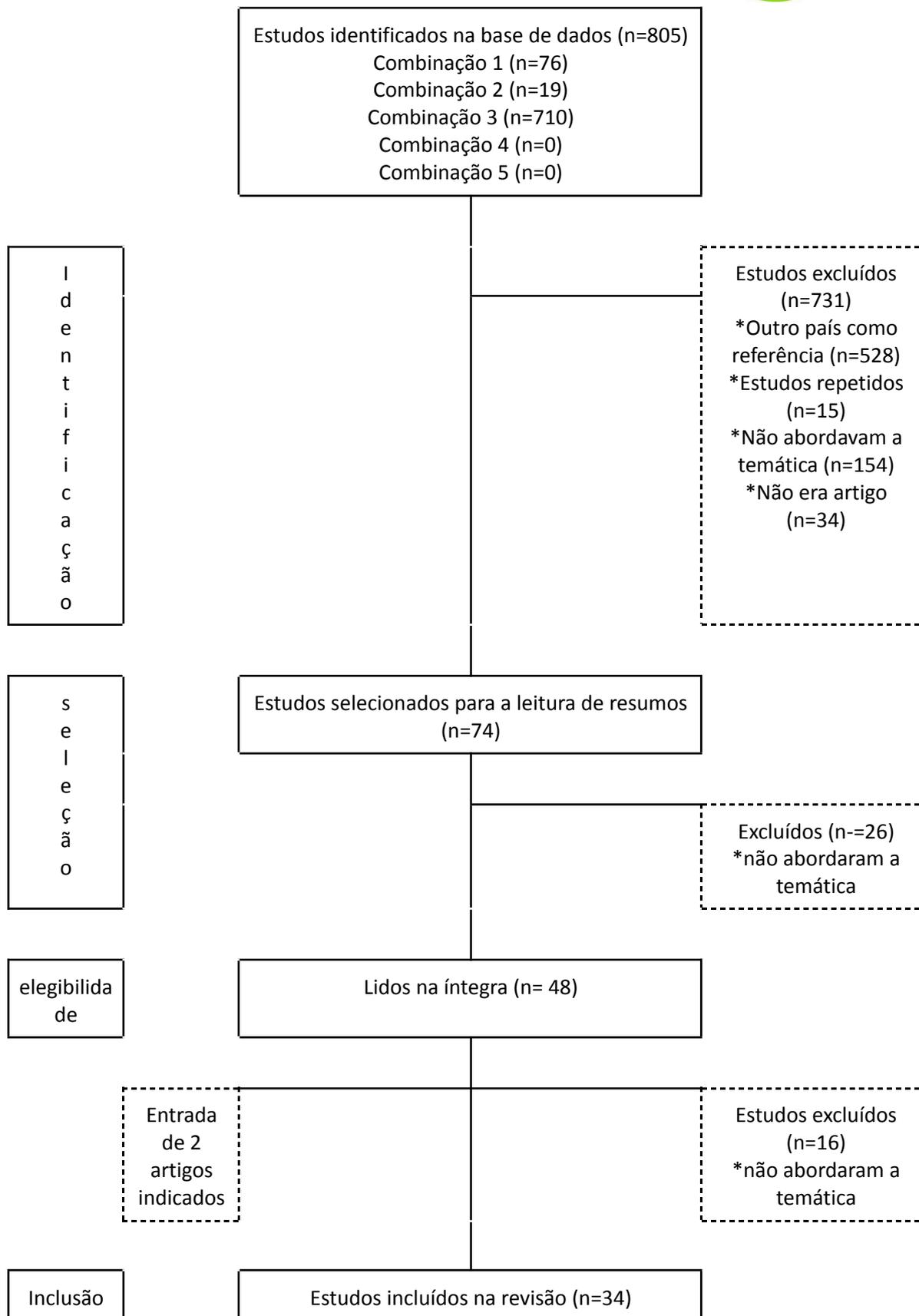
2ª combinação: "sistema alimentar" OR "sistema alimentar sustentável" OR "Alimentação" OR "Alimento\*" OR "insegurança alimentar" OR "segurança alimentar e nutricional" AND "Classe social" OR "Renda"

3ª combinação: "sistema alimentar" OR "sistema alimentar sustentável" OR "Alimentação" OR "Alimento\*" OR "insegurança alimentar" OR "segurança alimentar e nutricional" AND "Desigualdade de Gênero" OR "Equidade de gênero" OR "Gênero" OR "Mulheres"

4ª combinação: "sistema alimentar" OR "sistema alimentar sustentável" OR "Alimentação" OR "Alimento\*" OR "insegurança alimentar" OR "segurança alimentar e nutricional" AND "Desigualdade racial em saúde" OR "Discriminação racial" OR "racismo" OR "raça"

5ª combinação: "sistema alimentar" OR "sistema alimentar sustentável" OR "Alimentação" OR "Alimento\*" OR "insegurança alimentar" OR "segurança alimentar e nutricional" AND "Desigualdades sociais" AND "Interseccionalidade".

A identificação e seleção dos artigos analisados foi conduzida pela leitura do título, do resumo e, por fim, do texto na íntegra. Foram adotados como critérios de inclusão: textos completos com acesso público disponível; publicações em português, inglês ou espanhol; textos publicados entre 2018-2022; estudos que tratavam do Brasil, além de textos que abordavam a relação entre desigualdade e sistema alimentar. Como critérios de exclusão: textos que não fossem artigos científicos (teses, dissertações, relatórios, cartilhas), fora do tema da investigação, que tratavam de outros países. Adicionalmente fez-se a retirada de todas as repetições de textos. No Apêndice 3 consta a lista dos 34 artigos analisados.





**Figura 1.** Etapas da revisão da literatura. Elaboração própria.

*Participação social: foram inseridos neste agrupamento documentos finais oriundos de conferências nacionais.*

No total foram analisados 15 documentos finais vinculados a conferências e encontros nacionais inseridos em contexto de debate sobre políticas públicas e que trataram dos temas: mulheres; população negra; povos e comunidades tradicionais; população LGBTI+; produção orgânica e agroecologia; aquicultura e pesca; assistência técnica e extensão rural; saúde; SAN; desenvolvimento territorial e economia solidária. Consideramos estes documentos preciosas fontes de informações das perspectivas associadas à percepção das desigualdades e iniquidades existentes nos processos alimentares, por se tratarem de registros obtidos a partir de processos participativos onde representantes da sociedade civil e do governo estavam presentes. A relevância destes documentos também se dá pelo sentido orientador que eles produziram na definição das prioridades de governo e para a implementação de políticas públicas. Estes relatórios também desempenham um papel fundamental no processo de construção, reformulação e monitoramento de políticas públicas no Brasil, sendo uma fonte rica e densa de recomendações.

No decorrer do ciclo democrático brasileiro, foram realizadas mais de uma edição de grande parte das Conferências listadas no Quadro 1, no entanto, optou-se, no contexto deste estudo, pela análise dos documentos associados às edições mais recentes dos eventos. Além de conferências nacionais, incluímos eventos nacionais realizados pela Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e pelo Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. Foram considerados elegíveis para análise deste estudo os relatórios finais ou documentos com o registro de recomendações/ deliberações dos eventos, disponibilizados na internet. No quadro 1 as conferências e encontros estão identificados a partir da informação de títulos, edição, ano de realização e o documento analisado.

**Quadro 1.** Relatórios provenientes de Conferências e encontros nacionais analisados no estudo "Desigualdades e iniquidades de gênero, raça e classe no processo alimentar no Brasil".

	<b>Conferências</b>	<b>Ano</b>
1	3ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca (CNAP)	2009
2	2ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR)	2009
3	2ª Conferência Nacional de Economia Solidária (CNES)	2010
4	Conferência Setorial de Mulheres Rurais (CSMR)	2013
5	2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CNDRSS)	2013
6	Encontro Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (ENPCT)	2013
7	5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena (CNSI)	2015
8	5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN)	2015



9	2ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (CNATER)	2016
10	4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM)	2016
11	3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNLGBTI+)	2016
12	Seminário Dialoga Brasil Agroecológico (SDBA)	2016
13	2ª Conferência Nacional da Saúde das Mulheres (CNSM)	2018
14	16ª Conferência Nacional de Saúde (CNS)	2019
15	12ª Conferência Nacional de Assistência Social (CNAS)	2021

Fonte: Elaboração própria.

Em seguida conduziu-se à análise documental dos textos buscando identificar visões/ interpretações/ narrativas sobre desigualdades e iniquidades nas diferentes etapas do processo alimentar, contemplando o mapeamento das contradições, complementaridades, lacunas, recomendações relacionadas ao tema do estudo. Conforme relatado na introdução as análises foram baseadas no conceito de "processo alimentar" (VALENTE, 2014). A abordagem cíclica e multidimensional existente neste conceito foi traduzida em um conjunto de pontos/ perguntas chaves para a análise dos dados descritos em detalhe no documento "Notas metodológicas" ([incluir link](#)).

Como terceira estratégia adotada nesta etapa da pesquisa conduziu-se a análise quantitativa descritiva a partir do banco de dados da POF (2017-2018), o último inquérito nacional conduzido pelo governo federal, que aporta dados sobre a Segurança alimentar (SA) e insegurança alimentar (IA). A POF é uma pesquisa nacional conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com enfoque no orçamento doméstico de uma amostra representativa das famílias brasileiras, detalhando informações sobre consumo, gastos e distribuição dos rendimentos. Os dados da última pesquisa foram coletados entre 2017- 2018, contando com uma amostra de aproximadamente 68 mil famílias (IBGE, 2020). No tocante à alimentação, a POF detalha as quantidades de alimentos adquiridas dentro de uma unidade de consumo familiar (domicílio), permitindo assim caracterizar o consumo alimentar (por meio da aquisição) em relação a diversas informações como sexo, renda, raça/cor da pele autodeclarada, escolaridade, características do domicílio, etc. A pesquisa adota a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia) para avaliar a segurança alimentar (SA) e níveis de insegurança alimentar (IA) nos domicílios brasileiros. Neste estudo optamos por analisar apenas as 8 primeiras perguntas que compõem a Ebia, sendo esta identificada como versão curta da Ebia e também adotada em outros estudos nacionais (REDE PENSSAN, 2021; 2022; GALINDO et al, 2021). Detalhamentos adicionais podem ser consultados no documento complementar "Notas metodológicas" ([incluir link](#)). Apresentamos os resultados das análises conduzidas a nível do indivíduo e domicílio, com informações segmentadas por sexo, raça/ cor autodeclarada e renda, considerando as informações da pessoa de referência do domicílio, ou seja, a identificada como a principal responsável pela tomada de decisões (IBGE, 2020).

Por fim, conduziu-se, nesta etapa da pesquisa um mapeamento de bases/ fontes de dados que aportam informações sobre desigualdades e iniquidades no processo alimentar. Para tal foi aplicada a



técnica da bola de neve, orientando assim o processo de identificação/ busca por informações num processo de seguimento de pistas, indicações ou registros existentes em texto ou em sites (COLEMAN, 1958). Esta pesquisa foi consolidada em um quadro a partir do título, ano de publicação e síntese geral das informações disponibilizadas pelas bases ou fontes de informações sobre alimentação, nutrição, saúde, produção e processamento de alimentos, participação social com dados coletados entre 2010 a 2022.

Na fase 2 – mapeamento e análise das interpretações, dos atores e dos dados, foi realizada a análise documental dos textos identificados a partir das estratégias descritas na fase anterior. Nesta etapa do estudo foram identificadas visões/ interpretações/ narrativas sobre desigualdades nas diferentes etapas do processo alimentar, contemplando o mapeamento das contradições, complementaridades e lacunas; sistematização de recomendações relacionadas ao tema do estudo, de dados e indicadores existentes.

Foi adotado o conceito de "processo alimentar" como organizador das análises das diferentes etapas envolvidas no acesso aos alimentos e concretização da alimentação enquanto um ato de regeneração das capacidades vitais das pessoas e da própria natureza (VALENTE, 2014). A abordagem cíclica e multidimensional existente neste conceito foi traduzida em um conjunto de pontos/ perguntas chaves para a análise dos dados descritos no Quadro 2.

**Quadro 2.** Ações e relações integrantes do processo alimentar e perguntas guias da análise documental dos textos mapeados no estudo.

<b>Processo alimentar</b>	<b>Perguntas/ pontos guias para a análise</b>
<i>Obtenção de alimentos (produção, criação, caça, pesca, coleta, recebimento/doações...)</i>	Considerando as diferentes formas de obtenção de alimentos: <ul style="list-style-type: none"><li>- Que desigualdades são identificadas nesta etapa? Quais intersecções podem ser identificadas?</li><li>- Quais espaços de poder e organizações públicas debatem e podem mais afetar esta etapa do processo alimentar? Como se dá a participação de mulheres e negros nestes espaços?</li><li>- Que obstáculos ou incentivos podem ser identificados para a produção de alimentos saudáveis? Como estes obstáculos e incentivos são vivenciados por homens e mulheres negras ?</li><li>- Como estas desigualdades afetam a realização do DHANA?</li><li>- Justiça fiscal (ex. Lei Kandir)</li><li>- Acesso a terra e território</li><li>- Sementes, água para produção.</li><li>- Produção agroecológica.</li></ul>
<i>Compra e a troca de alimentos</i>	Locais de acesso a alimentos – ambiente alimentar (acesso físico e limites para assegurar o Dhana) Equipamentos públicos de SAN: cozinhas comunitárias, feiras de trocas de sementes, cozinhas coletivas, hortas comunitárias, bancos de alimentos, etc. Uso de espaços públicos como pontos promotores da alimentação saudável (Plano diretor - árvores frutíferas ...) Políticas municipais de incentivo / apoio a hortas domésticas, a consolidação de redes de trocas comerciais (mediadas ou não por dinheiro) que conectem produtores locais com consumidores <ul style="list-style-type: none"><li>- Há tributos que facilitem a obtenção de alimentos saudáveis ou que dificultem essa aquisição? É possível identificar se os tributos, ou ausência deles, afetam negativamente alguns grupos em detrimento de outros?</li></ul>



	<ul style="list-style-type: none"><li>- Pesquisas sobre apartheid alimentares (desertos alimentares), pântanos alimentares e cruzamento com a população que acessa esses ambientes (raça, classe e gênero).</li><li>- Processos de titulação coletiva de terras de povos e comunidades tradicionais e a reforma agrária popular</li></ul>
<i>A transformação de alimentos (desde as transformações que acontecem nas casas até as realizadas pela indústria)</i>	<ul style="list-style-type: none"><li>É possível identificar como alimentos ultraprocessados impactam (a saúde, o orçamento, os hábitos alimentares....) diferentes grupos no Brasil?</li><li>- Quem consome mais estes produtos (classe, raça e gênero)?</li><li>- Quais espaços de poder e organizações públicas mais afetam esta etapa do processo alimentar? Como se dá a participação de mulheres e negros nestes espaços?</li><li>- Perfil de quem está processando alimentos em casa?</li><li>- Acesso a regularização sanitária inclusiva? Custos com o processo?</li><li>- Quem se beneficia com a indústria dos ultraprocessados?</li><li>- Justiça fiscal (isenção de produtos ultraprocessados, menos carga tributária para as indústrias)</li><li>- Inclusão produtiva: quem tem conseguido? Que grupos seguem às margens e porque?</li></ul>
<i>O consumo, uso ou aproveitamento biológico dos alimentos (nutrição e saúde)</i>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Quais são os grupos que mais sofrem com a insegurança alimentar leve, moderada e grave (fome)? Onde estão? Quem são?</li><li>- Quais são os grupos que mais sofrem com doenças associadas a uma má alimentação? Onde estão? Quem são?</li><li>- PNAE e outras políticas públicas de alimentação e nutrição.</li></ul>
<i>A reconstrução ou regeneração das condições vitais e ambientais.</i>	<p>Emprego</p> <p>Racismo ambiental - quem sofre os impactos dos sistemas alimentares nos territórios? agrotóxicos, violência, ...</p> <p>Resiliência positiva: quais mecanismos, estratégias e práticas os grupos em situação de vulnerabilidade têm conseguido construir para modificar as suas condições de vida diante do colapso do clima.</p>

Fonte: Elaboração própria.

Na fase 3, identificada como “reflexões sobre a realidade e oportunidades para o futuro”, foi conduzida uma oficina de debate e qualificação do relatório final com os parceiros-chave participantes da oficina da fase 1 e outros atores-chave. Neste momento foi conduzida tanto uma avaliação do conteúdo do estudo, como a qualificação de resultados, principalmente aqueles associados aos campos 'desafios e oportunidades' e recomendações para a superação das desigualdades sociais, em especial de raça, gênero e classe social no processo alimentar no Brasil.

Na fase 4 “Fechamento do projeto”, foi conduzida a análise das contribuições obtidas com a oficina de debate do relatório, inserção de contribuições ao texto final e finalização do documento, com posterior publicação pela FIAN Brasil.



## **Análises dos dados**

### Qualitativos

Orientou esta análise as perguntas “Como a rede de ações envolvidas no processo alimentar favorecem a manutenção/ acirramento das iniquidades e desigualdades? Como as diferentes redes que conformam as distintas experiências de processos alimentares do Brasil podem contribuir com a superação das desigualdades e que mudanças seriam necessárias? Quais sistemas alimentares existentes podem contribuir no futuro imediato com a superação das condições que acirram e mantêm as desigualdades? Quais avanços, no campo dos sistemas alimentares, devemos buscar para a superação das desigualdades?” O processo de análise qualitativo foi conduzido a partir da perspectiva hermenêutica objetiva (OEVERMANN et al, 2021), a qual tem como premissa a interpretação e descoberta de regras e significados que organizam o mundo objetivo a partir dos sentidos (re)produzidos e expressos em registros, sejam estes textos ou outras formas de mídia (como obras de arte, música, arquitetura, etc). Neste estudo, as fontes de dados são predominantemente textuais.

O processo de leitura do texto, coleta e registro de trechos/ sentidos foi conduzido a partir da busca por termos centrais: sistema alimentar, processo alimentar, segurança alimentar e nutricional, desigualdades, iniquidades, gênero, raça e classe social. A estes termos gerais, foram associadas palavras chaves complementares, as quais também foram buscadas de forma individual em cada documento coletado. Adicionalmente, o processo de análise permitiu também mapear quais palavras chaves adicionais foram, nos textos, associadas ao termo central. No Quadro 3 constam os registros das conexões entre termos gerais e palavras chaves.

**Quadro 3.** Conexões entre os temas centrais e palavras-chaves complementares (definidas inicialmente no estudo) e adicionais (coletadas a partir do processo de análise) que guiaram a coleta e retirada de trechos dos textos analisados.

<b>Temas centrais</b>	<b>Palavras-chaves complementares</b>	<b>Palavras-chaves adicionais</b>
Sistema alimentar/ sistemas alimentares	Alimento; alimentação; alimentar, segurança alimentar e nutricional; segurança alimentar; insegurança alimentar;	Agrossistemas; agroecologia; sistemas tradicionais; sistemas agrícolas; sistemas agroecológicos; sistemas alimentares sustentáveis; produção tradicional; terras indígenas; territórios quilombolas; gestão territorial; gestão social; cadeia de produção
Processo alimentar	Obtenção: Produção; recursos produtivos; meios de produção	Terra; reforma agrária; biodiversidade; recursos florestais; recursos aquáticos; pesca; extrativismo; quintais; sementes; assistência técnica; crédito; organização da produção; inclusão produtiva; orgânico; cadastro; seguro;
	Compra; troca; Comercialização; Doação	Associativismo; cooperativismo; comércio justo; mercado solidário; preços; escoamento; abastecimento; mercado institucional; compra direta; empreendimentos;



	Transformação; processamento; Beneficiamento; conservação	Assistência técnica; crédito; máquinas e equipamentos; preparação, agroindústria; indústria alimentar/ alimentícia
	Consumo, uso ou aproveitamento	Acesso; frequência; cesta básica; alimentos tradicionais; processados; ultra processados; merenda escolar; orgânico; fome; consumo ético; consumo responsável; equipamentos públicos; desnutrição
	Reconstrução; regeneração; Resgate; conservação	Conhecimento tradicional; valorização da cultura; sementes tradicionais; agrotóxicos; equipamentos públicos; necessidades; saúde; qualidade; geração de renda; geração de trabalho
Desigualdades	desigualdades sociais; Gênero; mulher; menina Raça/ cor; cor, negro, negra classe social; renda; geração de renda, emprego	igualdade, iniquidade, equidade, interseccionalidade; desigualdade de gênero; equidade de gênero; gênero; mulheres; desigualdade racial em saúde; discriminação racial; racismo; raça; direitos; cor da pele, pessoa negra; negros; negras; baixa renda familiar; vulnerabilidade socioeconômica; Renda; pobreza; trabalho; seguridade; saúde; nutrição; autonomia; responsabilização do cuidado; vulnerabilidade; violência
Atores/ agentes	Agentes do processo produtivo; consumidores; clientes; empreendedores; homens; mulheres;	Mulheres rurais; Povos indígenas; Povos e Comunidades Tradicionais; Povos indígenas; Agricultura familiar; Assentados; Quilombolas; População negra; População LGBT; Jovens/juventude; Pescadores; Estudantes; Idosos

A partir da leitura em profundidade e da busca pelos termos e palavras chaves, foram coletados trechos e sentidos, sendo estes registrados em planilha específica conforme sistema de categorias previamente definidas a partir dos objetivos da pesquisa (Quadro 4).

**Quadro 4.** Categorias de registro baseadas nos objetivos do estudo "Desigualdades, iniquidades e processo alimentar/ sistemas alimentares no Brasil".

<b>Categoria de registro</b>	<b>Quando foram aplicadas</b>
[VISÃO] [DESIGUALDADE: Geral] [DESIGUALDADE: Gênero] [DESIGUALDADE: Raça] [DESIGUALDADE: Classe] [DESIGUALDADE: Outra: detalhar]	Trechos que apresentam / exemplificam as visões e explicações sobre desigualdades e processo alimentar / etapas do processo alimentar. Obs.: Pode-se aplicar vários marcadores das categorias.
[ATOR]	quem anuncia a ideia - instituição ou pessoa. descrever/ caracterizar de forma geral.



[TEMA - Consenso/ convergência] [TEMA - Disputa] [TEMA - Contradição] [TEMA - Complementaridade]	Análise sobre temas recorrentes, caracterizando os de consenso e os de dissenso no campo do debate público.
[DESAFIOS] [DESAFIOS - como superar] [DESAFIOS - Recorrentes/ persistentes] [DESAFIOS - novos. Pós-pandemia/ novo normal...]* [DESAFIO - Escala descrever se Nacional, regional e local]	Trechos que destacam desafios, sendo possível detalhar se são contribuições no sentido de apontamentos gerais sobre desafios para enfrentar as desigualdades e iniquidades nos sistemas alimentares ou se há outro detalhamento importante para o estudo.
* [OPORTUNIDADES ou ESTRATÉGIAS DE SUPERAÇÃO ou PONTOS PRIORITÁRIOS - Escala descrever se Nacional, regional e local]  [PROPOSTA] [PROPOSTA - Consenso] [PROPOSTA - Disputa] [PROPOSTA - Contradição] [PROPOSTA - Complementaridade]  [RECOMENDAÇÃO] [RECOMENDAÇÃO - Consenso] [RECOMENDAÇÃO - Disputa] [RECOMENDAÇÃO - Contradição] [RECOMENDAÇÃO - Complementaridade]	Mapeamento de propostas, recomendações e pontos prioritários para ações estratégicas de incidência política voltada para a superação dos principais fatores que determinam a ocorrência das desigualdades nos sistemas alimentares no Brasil, com especial ênfase às desigualdades de gênero, raça e classe. Adotar a categoria que melhor está conectada com o sentido expresso no texto analisado.
[LACUNA]*	Para trechos / textos que apontam para lacunas de estudo/ conhecimento etc.
[PROCESSO ALIMENTAR: Geral] [PA: obtenção alimentos] e/ou [PA: compra/ troca] [PA: Transformação] [PA: Consumo, uso, aproveitamento] [PA: Reconst/regener.]	Registro de citações relacionadas ao processo alimentar no enfoque geral e nos seus diferentes ciclos / etapas.
[SISTEMA ALIMENTAR HEGEMÔNICO]	Para trechos que caracterizam forma de agir/ ações do sistema alimentar hegemônico
[SISTEMA ALIMENTAR CONTRA HEGEMÔNICO]	Para trechos que caracterizam forma de agir/ ações do sistema alimentar contra hegemônico
[INDICADOR] [INDICADORES]	Para indicadores que auxiliam a compreensão sobre desigualdades, iniquidades e sistemas alimentares

\* Sempre que necessário foram incluídos detalhamentos complementares como: consenso, disputa, contradições ou complementaridade.

Em síntese: Utilizou-se o mecanismo de busca para localizar estes temas e palavras-chaves nos documentos. Uma vez localizadas, os fragmentos do texto que continham as referidas palavras foram copiados para um quadro específico, com a indicação da conferência/encontro e o número da página. Em



seguida, para cada uma das citações destacadas foi aplicado a categorização [TEMA]; [ATOR]; [VISÃO]; [DESAFIO]; [OPORTUNIDADE]; [PROPOSTAS]. Esta categorização foi fundamental para a sistematização realizada na etapa seguinte.

## **Análise de dados quantitativos**

### *Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF): escolha e construção de variáveis*

Neste estudo optamos por trabalhar com a variável dicotômica raça autodeclarada: branca /negra ou população branca/ população negra. O questionário da POF (2017-2018) realiza o levantamento do quesito cor ou raça a partir da autodeclaração, podendo o(a) entrevistado(a) se autodeclarar e identificar outros membros da família como: brancos, pardos, pretos, amarelos, indígena ou sem declaração. Neste estudo incluímos todas as pessoas autodeclaradas brancas como raça branca. A somatória de pessoas autodeclaradas pretas e pardas compõem a categoria raça ou população negra (BRASIL, 2010).

A perspectiva de gênero foi analisada a partir da variável dicotômica: homens e mulheres. O recorte de classe social foi conduzido sobre os dados da POF 2017-2018 a partir da informação de pertencimento a uma, dentre três categorias: empregador, empregado e produção de renda por conta própria. Do ponto de vista conceitual, tal como discutido na introdução deste documento, o empregador é representante da classe capitalista pois detém o controle dos meios de produção, domínio sobre o processo de trabalho de terceiros e auferir rendimentos do capital. Já o empregado pertence à classe trabalhadora e vive do trabalho e da sua remuneração. Enquanto a categoria 'conta própria' reúne um grupo específico de trabalhadores que não estão sujeitos ao controle dos capitalistas e cuja remuneração não decorre de salário. Essa categoria pode incluir profissionais autônomos e trabalhadores informais, esta análise foi no estudo conduzida a partir da informação situação de trabalho, se formal ou informal da pessoa responsável pelo domicílio. Fez-se também análise da renda, a partir da informação renda domiciliar mensal per capita (RDMPC).

A análise dos dados da SA e níveis de IA seguiu os resultados obtidos a partir da versão curta da EBIA permitindo assim classificar os domicílios em SA ou em um dos três níveis de IA (Leve, moderada ou grave). No quadro 5 consta a interpretação destas categorias em diálogo com os referenciais do Dhana e de processo alimentar adotados neste estudo.

**Quadro 5.** Interpretação das categorias da Escala brasileira de insegurança alimentar (Ebia) em diálogo com os referenciais do Direito humano à alimentação e nutrição adequadas (Dhana) e de processo alimentar.

<b>Situação dos domicílios/ indivíduos</b>	<b>Interpretação das categorias de Segurança alimentar e insegurança alimentar a luz dos referenciais do Dhana e processo alimentar</b>
Segurança alimentar (SA)	Situação em que o acesso e o consumo dos alimentos é regular, permanente e não compromete o alcance de outras necessidades essenciais pelos membros do domicílio. Trata-se de uma situação de consumo de alimentos de qualidade e nas quantidades necessárias para suprir as demandas. Indica a efetivação de algumas dimensões do Dhana. Não é possível afirmar o pleno alcance do Dhana devido a



	aspectos como contaminação dos alimentos por agrotóxicos, existência de produção e processamento de alimentos baseada em processos injustos ou com práticas que violam os direitos humanos e da natureza, dentre outros.
Insegurança Alimentar leve (IA leve)	Situação de preocupação ou de incerteza quanto ao acesso e consumo de alimentos. Esta situação indica algum comprometimento na qualidade da alimentação, uma vez que as famílias podem optar por manter o acesso quantitativo aos alimentos em detrimento da qualidade dos alimentos. O comprometimento da qualidade dos alimentos é expressa pela, por exemplo, redução no consumo de frutas, verduras e legumes, impactando de forma negativa na saúde e vida das pessoas. Trata-se de uma situação relacionada a violação de princípios de direitos humanos, portanto, como a indivisibilidade, interdependência e interrelação entre esses direitos e o ideal do ser humano livre, livres de medo e da miséria. Viola ainda a dimensão do Dhana que diz respeito ao acesso a uma alimentação adequada e o direito fundamental de toda pessoa de desfrutar o mais elevado nível possível de saúde (ONU, 1948; ONU 1966).
Insegurança Alimentar moderada (IA moderada)	Existência da situação de redução/ falta no acesso e consumo de alimentos. Pode levar a redução geral na quantidade de alimentos consumidos pelos membros das famílias ou pela redução de consumo entre alguns familiares, garantindo a oferta de alimentos para outros. Além dos direitos humanos violados na Insegurança Leve, esta situação viola também o direito de toda pessoa a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar (ONU,1948).
Insegurança Alimentar grave (IA grave)	Trata da situação mais grave e é uma referência a falta de alimentos constante no domicílio, levando a redução ou ausência no acesso e consumo dos alimentos entre todos os moradores. Esta situação indica que a fome é uma realidade para os membros do domicílio e viola a primeira dimensão do Dhana: viver livre da fome e da desnutrição. Ocorre a violação do direito de todas as pessoas a uma vida digna (ONU, 1948; ONU, 1966).

Construído a partir de “Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Nota Técnica DA/ SAGI/MDS n 128/2010: Relatório da Oficina Técnica para análise da EBIA. Brasília: SAGI/ DA, 30/08/2010” e “VALENTE et al (2016)”

As análises da SA/IA foram também apresentadas segundo sexo e raça/cor da pele da pessoa de referência do domicílio por macrorregiões e faixa etária/ ciclo da vida: crianças (até 9 anos, 11 meses e 29 dias), adolescentes (10 anos a 19 anos, 11 meses e 29 dias) e pessoas com 60 anos. Para avaliar as condições gerais de vida, optou-se pela construção de três indicadores, estes e seus componentes estão descritos no Quadro 6. Outras informações relacionadas às condições de vida foram também avaliadas como o acesso aos alimentos por meio de doação de alimentos ou por produção própria e o acesso a água e escoadouro de esgoto via rede geral.

**Quadro 6.** Detalhamento dos componentes dos indicadores de insalubridade, dificuldade financeira geral e para aquisição de alimentos.

<b>Indicador proposto</b> Componentes a partir da POF (2017-2018)	<b>Construção e Interpretação</b>
<b>Indicador de insalubridade na moradia</b>	



<ol style="list-style-type: none"><li>1. No seu domicílio há problema de pouco espaço?</li><li>2. No seu domicílio há problema de casa escura, com pouca iluminação natural?</li><li>3. No seu domicílio há problema de telhado com goteira?</li><li>4. No seu domicílio há problema de fundação, paredes ou chão úmidos?</li><li>5. No seu domicílio há problema de madeira das janelas, portas ou assoalhos deteriorados?</li><li>6. No seu domicílio há problema de mosquitos ou outros insetos, ratos, etc.?</li><li>7. No seu domicílio há problema de fumaça, mau cheiro, barulho ou outros problemas ambientais causados pelo trânsito ou indústria?</li><li>8. No seu domicílio há problema de estar localizado próximo a rio, baía, lago, açude ou represa poluídos?</li><li>9. No seu domicílio há problema de estar localizado em área sujeita a inundação?</li><li>10. No seu domicílio há problema de estar localizado em encosta ou área sujeita a deslizamento?</li><li>11. No seu domicílio há problema de violência ou vandalismo na sua área de residência?</li></ol>	<p>Indicador construído a partir do somatório das respostas afirmativas às perguntas. Pode variar de 0 a 11, sendo 11 o domicílio que reporta sim em todas as perguntas e apresenta, portanto, maior condição de insalubridade.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Indicador de dificuldade financeira geral</b></p> <ol style="list-style-type: none"><li>1. No período de referência de 12 meses, por motivo de dificuldade financeira, sua família atrasou o pagamento de aluguel ou prestação da casa, apartamento?</li><li>2. No período de referência de 12 meses, por motivo de dificuldade financeira, sua família atrasou o pagamento de água, eletricidade ou gás?</li><li>3. No período de referência de 12 meses, por motivo de dificuldade financeira, sua família atrasou o pagamento de prestações de bens ou serviços adquiridos?</li></ol>	<p>Foi considerado domicílio com dificuldade financeira geral caso responda “sim” a qualquer uma das seguintes questões.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Indicador de dificuldade financeira para alimentação</b></p> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram a preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?</li><li>2. Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?</li><li>3. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?</li><li>4. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou?</li></ol>	<p>Foi considerado domicílio com dificuldade financeira para alimentação caso responda “sim” a qualquer uma das seguintes questões:</p>



**FIAN**  
BRASIL

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 264 p.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BATISTA, L.E.; MONTEIRO, R.B.; MEDEIROS, R.A. **Iniquidades raciais e saúde**: o ciclo da política de saúde da população negra. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 99, p. 681-690, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-11042013000400016>. Acesso em: 20 jan. 2023.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm).
- BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de Setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Publicado no DOU em 18.9.2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm).
- BURITY, V. T. A.; ROCHA, N C.(org). **Informe Dhana 2021**. Pandemia, desigualdades e fome. Brasília-DF, 2021. 120p. Disponível em: <https://fianbrasil.org.br/informe-dhana-2021-pandemia-desigualdade-e-fome>.
- CAISAN. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan 2016-2019)**. Brasília, 2016.
- CARNEIRO, S.C. **A construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. Feusp, 2005. (Tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Educação j.339f
- COLLINS, P. H. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. *In*: Moreno, R. (org). **Reflexões e práticas de transformação feminista**. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2015. 96p. (Coleção Cadernos Sempreviva. Série Economia e Feminismo, 4). p. 13-42.
- COLEMAN, J. Relational analysis: the study of social organizations with survey methods. **Human Organization**, v. 17, n. 4, p. 28-36, dez. 1958.
- CRENSHAW, K.. Documento para o Encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 171-187, 2002.
- CSM. **CSM Vision on Food Systems and Nutrition**. An Alternative to the CFS Voluntary Guidelines on Food Systems and Nutrition (VGFSYN). April, 2021. 29 p. Disponível em: <https://www.csm4cfs.org/wp-content/uploads/2021/04/EN-vision-VGFSyN.pdf>.
- HLPE. **Nutrition and food systems**. Rome: FAO, 2017. Disponível em: <http://www.fao.org/3/i7846e/i7846e.pdf>.



**FIAN**  
BRASIL

IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018**: análise da segurança alimentar no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 65 p. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101749.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2022.

IPES-FOOD. **Unravelling the Food-Health Nexus**: addressing practices, political economy, and power relations to build healthier food systems. The Global Alliance for the Future of Food and Ipes-Food. Disponível em: [http://www.ipes-food.org/images/Reports/Health\\_FullReport.pdf](http://www.ipes-food.org/images/Reports/Health_FullReport.pdf). Acesso em: abr. 2018.

KEPPLE, A. W.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 187-199, jan. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000100022>. Acesso em: ago. 2020.

KILOMBA, G.. **Memórias da plantação**. Episódios de racismo cotidiano. Cobogó, 2019.

LEÃO, M.; MALUF, R. **A construção social de um sistema público de segurança alimentar e nutricional**: a experiência brasileira. Brasília: ABRANDH, 2012. 72p.

OEVERMANN U.; ALLERT, T.; KONAU, E.; KRAMBECK, J. Structures of meaning and objective hermeneutics. *In*: MEJA, V., MISGELD, D., & STEHR, N. (Eds.). (1987). **Modern German Sociology** (1st ed.). E-book, 2021. Routledge. <https://doi.org/10.4324/978042935530>.

OPAS. **Sistemas alimentares e nutrição**: a experiência brasileira para enfrentar todas as formas de má nutrição. Brasília, DF: Opas, 2017. Disponível em: <https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/09/oms.pdf>. Acesso em: 12/12/2022.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris, 10 dez. 1948. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declaracao-universal-dos-direi-tos-humanos>.

ONU. **Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. Genebra: ONU, 1966. Disponível em: <https://fianbrasil.org.br/pacto-internacional-dos-direitos-economicos-sociais-e-culturais-pidesc>.

PARANHOS, R. *et al.* Uma introdução aos métodos mistos. **Sociologias [online]**. 2016, v. 18, n. 42, p. 384-411.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *In*: **Educação e Realidade**. Porto Alegre, 1995.

SEGALL-CORRÊA, A. M.; MARIN-LEÓN, L.; MELGAR-QUIÑONES, H.; PÉREZ-ESCAMILLA, R. Refinement of the Brazilian Household Food Insecurity Measurement Scale: recommendation for a 14-item EBIA. **Rev. Nutr.**, v. 27, p. 241-251, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1415-52732014000200010>. Acesso em: 11 maio 2022.

VALENTE FLS. Rumo à Realização Plena do direito humano à alimentação e à nutrição adequadas. **Revista Development** 57 (2), p. 155-170. 2014. Traduzido para o português em maio de 2016 por Daniela Calmon, a pedido da FIAN Brasil.

VALENTE, F.L.S.; FRANCO, M.A.S.; MONTES, D.C.. Closing protection gaps through a more comprehensive conceptual framework for the Human Right to Adequate Food and Nutrition. *In*: Bellows AC, Valente FLS,



**FIAN**  
BRASIL

LEMKE S, *et al.* **Gender, nutrition, and the Human Right to Adequate Food.** Toward an Inclusive Framework. New York: Routledge, 2016. p. 341 – 408.



**FIAN**  
BRASIL

**Anexo 1.** Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia) versão curta.

Pergunta: “Nos últimos três meses\_\_\_\_\_”...

1. ... os(as) moradores(as) deste domicílio tiveram a preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?
2. ... os alimentos acabaram antes que tivessem dinheiro para comprar mais comida?
3. ... os(as) moradores(as) deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?
4. ...os(as) moradores(as) deste domicílio comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda tinham, porque o dinheiro acabou?
5. ... algum(a) morador(a) de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar comida?
6. ... algum(a) morador(a) de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, comeu menos do que achou que devia, porque não havia dinheiro para comprar comida?
7. ... algum(a) morador(a) de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, sentiu fome, mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar comida?
8. ... algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou cou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?”



**Apêndice 1.** Programação detalhada da oficina inicial de debate e qualificação do projeto.

Projeto "**Desigualdades e sistemas alimentares**": OFICINA DE DEBATE SOBRE AS DIMENSÕES DE ANÁLISE E INSTRUMENTOS

PROGRAMAÇÃO

**09h - Boas vindas e registro dos presentes.**

Valéria Burity e Gabriele Carvalho. Participantes da oficina via dinâmica virtual. Relatoria: Mariana Santarelli e Nayara Cortez.

**09:10 - Apresentação do estudo (10 min).**

Veruska Prado, Rute Costa, Patrícia Mourão e Gabriele Carvalho.

**09:20h. Apresentação do processo de trabalho e divisão dos grupos (3 grupos).**

*Perguntas guias do momento:*

- Sobre a proposta do estudo: Que fortalezas identificam nesta proposta de estudo? Há coerência entre o que buscamos e as ferramentas planejadas? Quais lacunas vocês identificam nesta proposta de estudo?
- Sobre a análise de gênero, raça e classe como categorias interconectadas: Quais caminhos podemos adotar para fortalecer a análise integrada/ interconectadas entre os conceitos de gênero, raça e classe? Vocês têm exemplos de estudos a nos indicar?
- Classe ou renda? Que possibilidades temos para sair da dimensão renda e chegar à classe? Quais referenciais podem nos indicar?
- Algum outro comentário/ sugestão.

**10:00. Síntese dos debates: apresentações dos grupos.** (5 min/ grupo + 15 min debate com encaminhamentos). Mediação: Valéria Burity. Sistematização: Gabriele Carvalho.

(Rute, Patrícia e Veruska: atentar para pontos de divergência, pontos a serem avançados, dúvidas, etc).

**10:30. Apresentação - síntese a partir do levantamento feito anteriormente a oficina (25 min).** Mediação: Veruska Prado.

- Pontos prioritários para a análise.

Obs: incidência política. >> ponto chave para a segunda oficina (prevista em setembro com resultados)

- Consolidado dos documentos indicados: fontes de dados de maior relevância para entender as expressões das desigualdades e sistemas alimentares/ processo alimentar/ alimentação no Brasil e textos com propostas para a superação das condições de desigualdades nos sistemas alimentares.
- Visões sobre as expressões da desigualdade social nas diferentes etapas do processo alimentar.

*Debate: Algo chamou atenção? Alguma complementaridade? Identifica lacuna?*

**10:55 - Encaminhamentos finais e relato das próximas etapas do estudo.**

**11:00 Encerramento.**



**FIAN**  
BRASIL

## **Apêndice 2.** Questionário eletrônico “Visões sobre desigualdades e indicações de materiais”

### **ESTUDO DESIGUALDADES E SISTEMAS ALIMENTARES**

#### LEVANTAMENTO COM PARCEIROS.

As respostas a este questionário serão utilizadas como fonte de informações para o estudo "Desigualdades e sistemas alimentares", organizado pela FIAN Brasil e conduzido em parceria com pesquisadoras (Veruska Prado, Patrícia Mourão e Rute Costa). Agradecemos sua participação voluntária, dedicação de tempo para responder a este questionário eletrônico e parceria neste processo. Assumimos o compromisso de que os dados aqui coletados, serão analisados e utilizados apenas para fins deste estudo e a apresentação dos resultados não identificará o respondente. Nosso estudo não foi avaliado por comitê de ética em pesquisa, mas assumimos o compromisso e informamos que seguiremos/ seguimos os padrões éticos previstos na Resolução CNS nº 466/2012.

*E-mail:*

*"Desigualdades e sistemas alimentares no Brasil", quais visões / percepções este tema traz para você?*

*E se perguntarmos sobre "Desigualdades de gênero, raça e classe e sistemas alimentares no Brasil", sua resposta à pergunta anterior:*

- seria a mesma
- mudaria a minha visão
- outra

*Caso sua resposta à pergunta anterior tenha sido "mudaria a minha visão", pode nos escrever o que seria diferente na sua resposta sobre desigualdades e sistemas alimentares?*

*Por favor, nos indique, pelo menos, 3 websites ou textos (qualquer natureza) que contenham dados (quantitativos ou qualitativos) e/ou registro de debate sobre expressões de desigualdades e sistemas alimentares no Brasil.*

*Por favor, nos indique, pelo menos, 1 material que contenha propostas / recomendações para superação das desigualdades nos sistemas alimentares.*

*Por favor, pode nos indicar pessoas chave para entrevistas sobre este tema? (Nome, organização e email/ telefone)*

**Apêndice 3.** Lista dos 34 artigos analisados do estudo no agrupamento “Científico”.

Código de identificação	Título	Autores(as)	Ano de publicação	Periódico
<b>Combinação 1 (N=16)</b>				
Art.1.C1	Características do ambiente alimentar comunitário e do entorno das residências das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	Araújo <i>et al.</i>	2022	Ciênc. Saúde Colet
	A contribuição da alimentação escolar para a segurança alimentar de domicílios com crianças e adolescentes no Brasil	de Amorim <i>et al.</i>	2022	Nutrition
Art. 4. C1	Insegurança alimentar e nutricional de famílias com crianças menores de cinco anos da Região Metropolitana de João Pessoa, Paraíba, Brasil	Pedraza	2021	Ciênc. Saúde Colet
Art. 5. C1	Tendências e desigualdades na insegurança alimentar durante a pandemia de COVID-19: resultados de quatro inquéritos epidemiológicos seriados	Santos <i>et al.</i>	2021	Cad Saud Pub
Art. 6. C1	Desigualdades sociais e insegurança alimentar em comunidades quilombolas no Brasil	Cherol <i>et al.</i>	2021	Rev. Nutr. (Online)
Art. 7. C1	COVID-19 e (in)segurança alimentar e nutricional: ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais.	Alpino <i>et al.</i>	2020	Cad Saude Publica
Art. 8. C1	Indicadores de avaliação da Insegurança Alimentar e Nutricional e fatores associados: revisão sistemática	Morais <i>et al.</i>	2020	Ciênc. Saúde Colet
Art 9. C1	Insegurança Alimentar em famílias de área rural do extremo sul do Brasil	Maas	2020	Ciênc. Saúde Colet
Art.10. C1	Disponibilidade de alimentos e insegurança alimentar de domicílios do Estado do Tocantins, Região Norte do Brasil	Schott <i>et al.</i>	2020	Rev. Nutr. (Online)
Art. 11. C1	Insegurança alimentar em um município do extremo sul do Rio Grande do Sul, 2016: um estudo de base populacional	Dias <i>et al.</i>	2020	Epidemiol. serv. saúde
Art. 13. C1	Fatores associados à insegurança alimentar em domicílios da área urbana do estado do Tocantins, Região Norte do Brasil	Schott <i>et al.</i>	2020	Rev. bras. epidemiol
Art. 14. C1	Relação entre indicadores sociais e insegurança alimentar: uma revisão sistemática	Lignani <i>et al.</i>	2020	Rev. bras. epidemiol

Art. 15. C1	Insegurança alimentar e nutricional em famílias do meio rural brasileiro: revisão sistemática.	Trivellato <i>et al.</i>	2019	Ciênc. Saúde Colet
Art. 16. C1	A segurança alimentar em tempos de crise financeira e política no Brasil	Sousa <i>et al.</i>	2019	Cad. Saúde Pública (Online)
Art. 18. C1	Tendência e fatores associados à insegurança alimentar no Brasil: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2009 e 2013	Santos <i>et al.</i>	2018	Cad. Saúde Pública (Online)
Art. 19. C1	Restaurante popular: a política social em questão	Padrão <i>et al.</i>	2018	Physis (Rio J.)
Art. 1. C2	Imbricadas entre as dimensões de acesso e exposição: práticas alimentares de mães na Amazônia ocidental brasileira	Santos <i>et al.</i>	2021	Physis (Rio J.)
Art 2. C2	Desigualdades sociais no perfil de consumo de alimentos da população brasileira: Pesquisa Nacional de Saúde, 2013	Medina <i>et al.</i>	2019	Rev. bras. epidemiol
Art 10. C3	Visões A'uwẽ (Xavante) sobre segurança alimentar em um contexto de monetarização de uma economia indígena no Brasil Central	Welch	2022	National Library of medicine
Art 14. C3	Proposta metodológica para avaliação da insegurança alimentar sob a ótica de suas múltiplas dimensões / A methodological proposal for assessing food insecurity from a multidimensional perspective	Cabral <i>et al.</i>	2022	Ciênc. saúde coletiva
Art 15. C3	Acesso aos benefícios e programas governamentais e insegurança alimentar nas áreas rurais e urbanas do Nordeste brasileiro	Palmeira <i>et al.</i>	2022	Ciência & Saúde Coletiva
Art 16. C3	ComiDHAA de verdade para todos: desafios para a efetivação do direito humano à alimentação adequada no cenário de crises no Brasil	Guerra	2022	Saúde Soc
Art 20. C3	Descentralização normativa da agenda de segurança alimentar e nutricional: estudo descritivo das legislações publicadas nas capitais brasileiras	Orthmann <i>et al.</i>	2022	Rev. Nutr. (Online)
Art 23. C3	Territórios indígenas e determinação socioambiental da saúde: discutindo exposições por agrotóxicos	Lima <i>et al.</i>	2022	Saúde debate
Art 24. C3	Compra de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar: a situação do Rio Grande do Norte	Silva <i>et al.</i>	2022	Saúde debate
Art 25. C3	Covid-19 e a fome: reflexões sobre um futuro agroecológico	Machado <i>et. al.</i>	2022	Saúde debate

Art 26. C3	Contrapontos e inconsistências do discurso da produtividade do agronegócio e suas externalidades sob a ótica do biopoder	Pereira <i>et al.</i>	2022	Saúde debate
Art 28. C3	Feiras Orgânicas enquanto política de abastecimento alimentar e promoção da saúde: um estudo de caso	Carvalho <i>et al.</i>	2022	Saúde debate
Art 29. C3	O papel do Sistema Único de Saúde no combate à sindemia global e no desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis.	Machado <i>et al.</i>	2021	Ciênc. Saúde Colet
Art 30. C3	Agenda 2030, saúde e sistemas alimentares em tempos de sindemia: da vulnerabilização à transformação necessária	Burigo <i>et al.</i>	2021	Ciênc. Saúde Colet
Art 31. C3	Distribuição espacial e preço praticado em equipamentos públicos de comercialização de alimentos orgânicos	<a href="#">Silva <i>et al.</i></a>	2021	Rev. baiana saúde pública
Art 32. C3	Harvesting rainwater for food security: farmers' perceptions of the Boardwalk Cisterns Program in Alagoas, Brazil.	Silva <i>et al.</i>	2021	Rural Remote Health
Art1 Extra	Ethnoracial inequalities and child mortality in Brazil: a nationwide longitudinal study of 19 million newborn babies	Rebouças <i>et al.</i>	2022	The Lancet Saúde Global
Art2 Extra	A cor e o sexo da fome: análise da Insegurança alimentar sob o olhar da interseccionalidade	Silva <i>et al.</i>	2022	Caderno de Saúde Pública